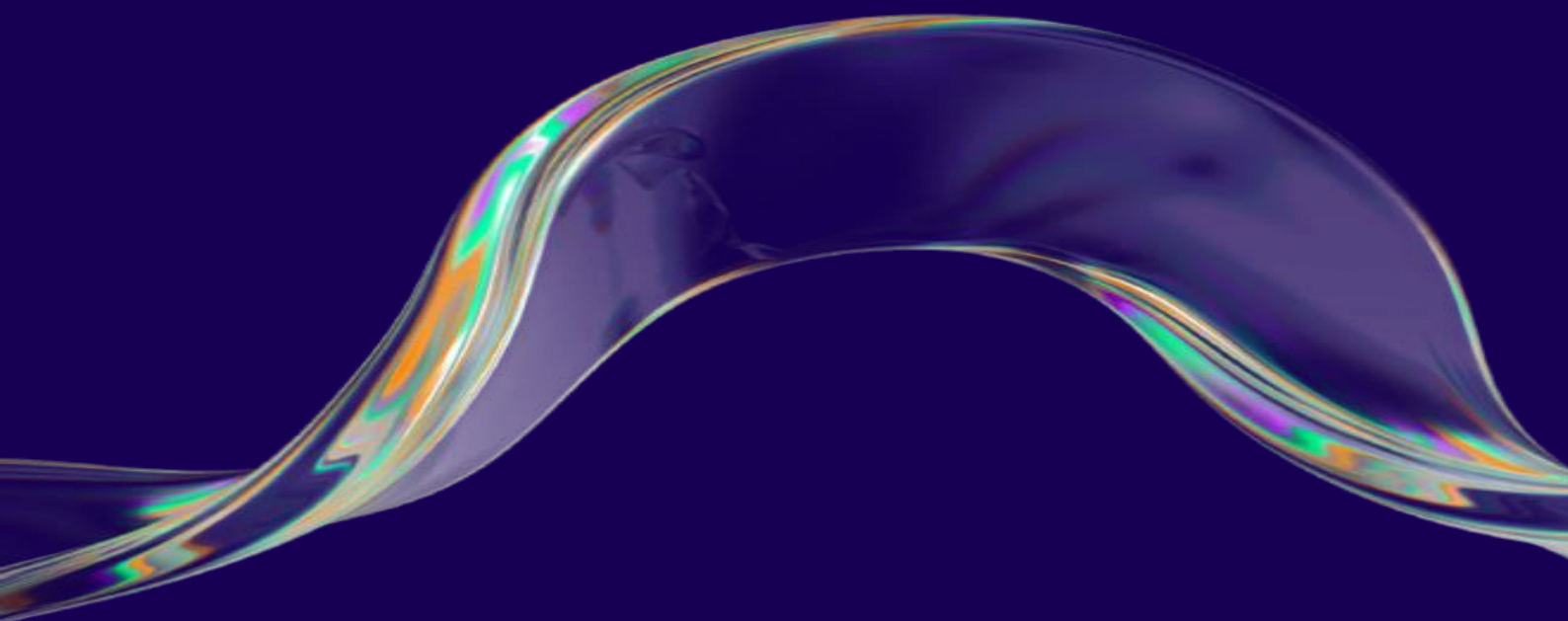


Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A



**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas,
em 31 de dezembro de 2023 e
relatório de auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.



Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balanco patrimonial	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1	Considerações gerais.....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	11
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	13
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	14
5	Receita	14
6	Custos e despesas.....	15
7	Resultado financeiro líquido	16
8	Caixa, equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	16
9	Contas a receber de clientes	18
10	Investimentos.....	19
11	Imobilizado	20
12	Financiamentos	22
13	Obrigações de desmobilização de ativos	24
14	Partes relacionadas	25
15	Patrimônio líquido.....	27
16	Imposto de renda e contribuição social	27
17	Instrumentos financeiros e gestão de risco	28
18	Seguros.....	33

Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A
Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora			Consolidado
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	5	-	-	99.656	19.257
Custo com energia elétrica	6	-	-	(9.672)	(3.321)
Custo com operação	6	-	-	(41.873)	(10.000)
Lucro bruto		-	-	48.111	5.936
Receitas (despesas) operacionais	6				
Gerais e administrativas		(133)	(71)	(4.773)	(2.125)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	25	(32)
		(133)	(71)	(4.748)	(2.157)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(133)	(71)	43.363	3.779
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	(4.597)	(7.384)	-	-
		(4.597)	(7.384)	-	-
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		2.061	3.421	6.730	11.608
Despesas financeiras		-	-	(52.640)	(22.149)
		2.061	3.421	(45.910)	(10.541)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.669)	(4.034)	(2.547)	(6.762)
Imposto de renda e contribuição social	18				
Correntes		(641)	(1.118)	(5.360)	(5.774)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas		(3.310)	(5.152)	(7.907)	(12.536)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores		(3.310)	(5.152)	(3.310)	(5.152)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(4.597)	(7.384)
Prejuízo do exercício		(3.310)	(5.152)	(7.907)	(12.536)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A
Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(3.310)	(5.152)	(7.907)	(12.536)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(3.310)	(5.152)	(7.907)	(12.536)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores			(3.310)	(5.152)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores			(4.597)	(7.384)
Prejuízo do exercício			(7.907)	(12.536)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.669)	(4.034)	(2.547)	(6.762)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e atualização monetária de financiamentos	7	-	-	50.215	19.763
Depreciação e amortização	6	-	-	32.633	8.150
Apropriação dos custos de captações	7	-	-	696	372
Juros sobre fundo de liquidez - conta reserva		-	-	(1.596)	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	15 (a)	-	-	789	185
Ajuste a valor presente de arrendamentos		-	-	2	-
Equivalência patrimonial	10 (b)	4.597	7.384	-	-
		1.928	3.350	80.192	21.708
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(2.928)	(4.442)
Tributos a recuperar		(4)	-	(185)	384
Demais créditos e outros ativos		-	-	(47)	(313)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		-	(1)	(8.916)	18.145
Tributos a recolher		(706)	(660)	(870)	(2.376)
Partes relacionadas		5	-	(32.489)	10.461
Demais obrigações e outros passivos		-	-	562	1.122
Caixa proveniente das operações		1.223	2.689	35.319	44.689
Juros pagos sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(19.016)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(326)	(4.347)	(2.760)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.223	2.363	11.956	41.929
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		-	-	(9.032)	(467.690)
Resgate de (aplicação em) conta reserva		-	-	(5.595)	(8.020)
Aumento de capital em investidas		(2.500)	(23.279)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.500)	(23.279)	(14.627)	(475.710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	12 (c)	-	-	20.674	323.106
Liquidação de financiamentos	12 (c)	-	-	(19.610)	-
Liquidação de arrendamentos		-	-	(9)	-
Adições dos custos de captações	12 (c)	-	-	(558)	(6.063)
Aumento de capital		-	5.217	-	5.217
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.500	23.279
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		-	5.217	2.997	345.539
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		(1.277)	(15.699)	326	(88.242)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.639	34.338	53.639	141.881
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		17.362	18.639	53.965	53.639

Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A.
Balço Patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	17.362	18.639	53.965	53.639
Contas a receber de clientes	9	-	-	7.370	4.442
Tributos a recuperar		10	6	356	171
Dividendos a receber	16	-	-	-	-
Outros ativos		-	-	1.185	1.138
		<u>17.372</u>	<u>18.645</u>	<u>62.876</u>	<u>59.390</u>
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	15.211	8.020
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.211</u>	<u>8.020</u>
Investimentos	10	73.143	75.240	-	-
Imobilizado	11	-	-	659.763	683.188
Intangível		-	-	50	218
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	37	-
		<u>73.143</u>	<u>75.240</u>	<u>659.850</u>	<u>683.406</u>
Total do ativo		<u>90.515</u>	<u>93.885</u>	<u>737.937</u>	<u>750.816</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	12	-	-	26.537	17.883
Fornecedores		-	-	12.262	21.178
Arrendamentos		-	-	22	-
Tributos a recolher		90	155	1.414	1.275
Partes relacionadas	16	7	2	137	61
Outros passivos		-	-	1.623	1.061
		<u>97</u>	<u>157</u>	<u>41.995</u>	<u>41.458</u>
Não circulante					
Financiamentos	12	-	-	519.949	496.202
Arrendamentos		-	-	16	-
Tributos a recolher		-	-	1.176	1.172
Partes relacionadas	16	-	-	2.642	35.207
Obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	8.598	7.809
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>532.381</u>	<u>540.390</u>
Total do passivo		<u>97</u>	<u>157</u>	<u>574.376</u>	<u>581.848</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	100.799	100.799	100.799	100.799
Ajuste de avaliação patrimonial		(524)	(524)	(524)	(524)
Prejuízos acumulados		(9.857)	(6.547)	(9.857)	(6.547)
		<u>90.418</u>	<u>93.728</u>	<u>90.418</u>	<u>93.728</u>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		90.418	93.728	90.418	93.728
Participação dos acionistas não controladores		-	-	73.143	75.240
Total do patrimônio líquido		<u>90.418</u>	<u>93.728</u>	<u>163.561</u>	<u>168.968</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>90.515</u>	<u>93.885</u>	<u>737.937</u>	<u>750.816</u>

Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A.
 Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022	95.582	(524)	(1.395)	93.663	59.345	153.008
Prejuízo do exercício	-	-	(5.152)	(5.152)	(7.384)	(12.536)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	(5.152)	(5.152)	(7.384)	(12.536)
Aumento de capital	5.217	-	-	5.217	23.279	28.496
Destinação do resultado do exercício	5.217	-	-	5.217	23.279	28.496
Em 31 de dezembro de 2022	100.799	(524)	(6.547)	93.728	75.240	168.968
Prejuízo do exercício	-	-	(3.310)	(3.310)	(4.597)	(7.907)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	(3.310)	(3.310)	(4.597)	(7.907)
Aumento de capital	-	-	-	-	2.500	2.500
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	2.500	2.500
Em 31 de dezembro de 2023	100.799	(524)	(9.857)	90.418	73.143	163.561

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade de Maracanaú, estado do Ceará, foi constituída em 10 de agosto de 2015.

A Companhia tem por objeto social (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração elétrica; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólicas; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tanto e, ainda, (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren") e investida da Votorantim Cimentos S.A. ("Cimentos").

A Companhia explora e opera as centrais geradoras eólicas localizadas nos estados de Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí II ("VDP II") e Ventos do Piauí III ("VDP III"), com capacidade instalada total de 130,5 MW, por meio de suas controladas.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

	Capacidade instalada (Mwm)	Início da concessão	Término da concessão
Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"):			
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	49,5	22/10/2022	10/11/2055
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	36,0	28/10/2022	10/11/2055
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):			
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	45,0	27/05/2022	10/11/2055

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Aumento de capital em controladas

Em 09 de março de 2023, a Companhia aumentou o capital da sua controlada Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. em R\$ 2.500.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das

demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia possuem participação de:

- (i) 17,02% e 23,40%, pelas empresas Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A., respectivamente, na empresa Consórcio Ventos do Piauí II, havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.; e iii) Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A..

Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A.

Nota explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) 21,74% pela Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. na empresa Consórcio Ventos do Piauí III, havendo controle em conjunto com as consorciadas: (i) Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.; (ii) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.; (iii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; e (iv) Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.

(c) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	2023		2022		Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante		
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica

Para fins de consolidação são considerados os percentuais de 100% de participação societária, visto que a Companhia é detentora da totalidade de ações ordinárias de suas controladas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2023

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis não adotadas pela Companhia e suas controladas em 2023

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia e suas controladas:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Investimentos
11	Imobilizado
14	Provisão para litígios
15	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A.

Nota explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Partes relacionadas: representados por contas a receber entre partes relacionadas comercializados em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta		
Partes relacionadas (Nota 16)	102.463	18.534
Energia de curto prazo - CCEE	1.565	1.492
Total receita bruta	104.028	20.026
Deduções sobre a receita bruta		
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	(3.797)	(769)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(575)	-
	(4.372)	(769)
Receita líquida	99.656	19.257

6 Custos e despesas

	Controladora		
		2023	2022
		Total	Total
	Despesas gerais e administrativas		
Serviços	(128)	(128)	(62)
Serviços de terceiros	(128)	(128)	(62)
Outros custos e despesas líquidas	(5)	(5)	(9)
Outros custos e despesas líquidas	(5)	(5)	(9)
	(133)	(133)	(71)

	Consolidado					
	Custo com energia elétrica		Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	2023
					Total	Total
Energia comprada	(1.037)	-	-	-	(1.037)	(3)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(8.635)	-	-	-	(8.635)	(3.318)
Depreciação e amortização	-	(30.811)	(1.822)	-	(32.633)	(8.150)
Materiais	-	(22)	(137)	-	(159)	(5)
Materiais	-	(22)	(137)	-	(159)	(5)
Serviços	-	(8.988)	(795)	-	(9.783)	(2.536)
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	(7.301)	-	-	(7.301)	(1.689)
Manutenção e conservação	-	(431)	(323)	-	(754)	(72)
Serviços de terceiros	-	(1.256)	(472)	-	(1.728)	(775)
Outros custos e despesas líquidas	-	(2.052)	(2.019)	23	(4.048)	(1.466)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.518)	(28)	-	(1.546)	(250)
Seguros	-	-	(1.990)	-	(1.990)	(934)
Impostos, taxas e contribuições	-	(273)	(1)	-	(274)	(68)
Outros custos e despesas líquidas	-	(261)	-	23	(238)	(214)
	(9.672)	(41.873)	(4.773)	23	(56.295)	(15.478)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		2.162	3.588	6.816	11.727
Outras receitas financeiras		-	-	15	48
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(101)	(167)	(101)	(167)
		2.061	3.421	6.730	11.608
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	12(c)	-	-	(18.840)	(4.529)
Atualização monetária sobre financiamentos	12(c)	-	-	(31.375)	(15.234)
Juros sobre mútuo	16	-	-	(381)	(589)
Despesas com captação de empréstimos		-	-	-	(857)
Apropriação dos custos de captações	12(c)	-	-	(696)	(372)
Ajuste a valor presente sobre arrendamento		-	-	(2)	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15	-	-	(789)	(185)
Outras despesas financeiras		-	-	(557)	(383)
		-	-	(52.640)	(22.149)
		2.061	3.421	(45.910)	(10.541)

8 Caixa, equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa				
Caixa e bancos	87	36	410	1.018
	87	36	410	1.018
Equivalentes de caixa				
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	17.275	18.603	53.555	52.621
	17.275	18.603	53.555	52.621
Caixa e equivalentes de caixa	17.362	18.639	53.965	53.639
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)				
Não circulante	-	-	15.211	8.020
	-	-	15.211	8.020
	17.362	18.639	69.176	61.659

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa possuem taxa média de remuneração entre 97,78% e 100,34% do CDI (101,65% e 104,81% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

- (i) Os contratos de financiamento das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2023	2022	2023	2022
AAA	17.362	18.639	69.176	61.659
	17.362	18.639	69.176	61.659

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(a) Composição

	Nota	2023	Consolidado 2022
Partes relacionadas	16	6.070	4.017
Energia de curto prazo - CCEE		1.300	425
		7.370	4.442

(b) Vencimento de contas a receber

	2023	Consolidado 2022
A vencer	7.370	1.863
Vencidos até 3 meses	-	2.579
	7.370	4.442

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2023				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2023	2022	2023	2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	44.707	(3.452)	50,00	100,00	(1.726)	(4.266)	22.354	21.579
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	53.568	(1.907)	50,00	100,00	(953)	(1.825)	26.784	27.738
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	48.010	(3.837)	50,00	100,00	(1.918)	(1.293)	24.005	25.923
					(4.597)	(7.384)	73.143	75.240

(b) **Movimentação**

		Controladora	
	Nota	2023	2022
Saldo no início do exercício		75.240	59.345
Equivalência patrimonial		(4.597)	(7.384)
Aumento de capital	1.1.1 (a)	2.500	23.279
Saldo no final do exercício		73.143	75.240

11 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 15).

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por impairment é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia não identificaram indícios de *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Custos de servidão	Obras em andamento	2023	2022
Saldo no início do exercício									
Custo	607.235	73.780	2.000	100	7.624	-	592	691.331	205.005
Depreciação acumulada	(6.941)	(1.142)	-	(3)	(57)	-	-	(8.143)	-
Saldo líquido no início do exercício	600.294	72.638	2.000	97	7.567	-	592	683.188	205.005
Adições	-	-	-	-	-	-	9.032	9.032	486.326
Depreciação	(28.404)	(3.863)	(103)	(9)	(231)	(1)	-	(32.611)	(8.143)
Transferências (i)	(22.660)	24.923	-	29	-	154	(2.292)	154	-
Saldo no final do exercício	549.230	93.698	1.897	117	7.336	153	7.332	659.763	683.188
Custo	584.575	98.703	2.000	129	7.624	154	7.332	700.517	691.331
Depreciação acumulada	(35.345)	(5.005)	(103)	(12)	(288)	(1)	-	(40.754)	(8.143)
Saldo líquido no final do exercício	549.230	93.698	1.897	117	7.336	153	7.332	659.763	683.188
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	6	3	3			

(i) As transferências referem-se ao saldo do intangível da classe de direitos de marcas e patentes para o imobilizado na classe de custo de servidão.

12 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

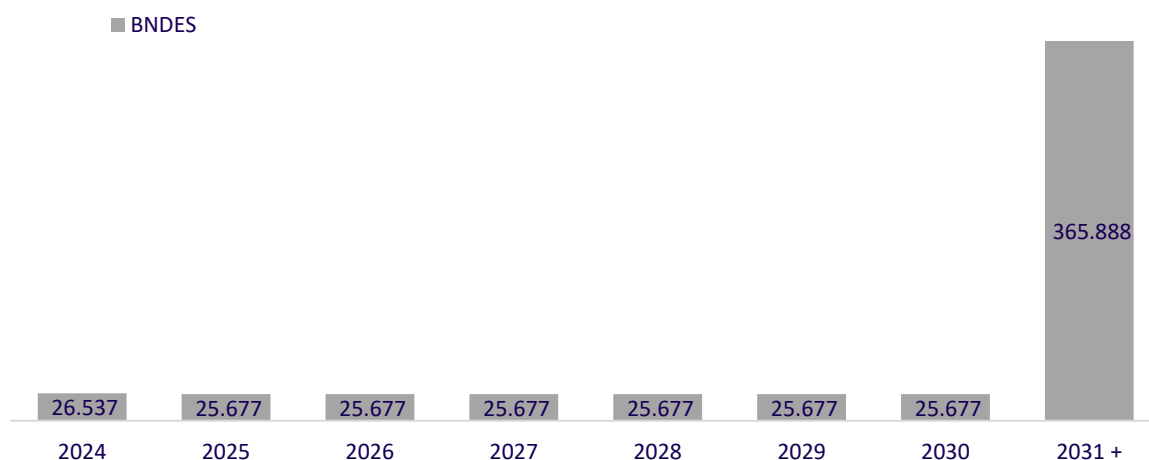
(a) Composição

										Consolidado
										2023
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	TLP + 4,56%	26.210	(533)	860	26.537	530.746	(10.797)	519.949	546.486	371.362
		<u>26.210</u>	<u>(533)</u>	<u>860</u>	<u>26.537</u>	<u>530.746</u>	<u>(10.797)</u>	<u>519.949</u>	<u>546.486</u>	<u>371.362</u>

										Consolidado
										2022
		Circulante			Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo	
BNDES	TLP + 4,14%	18.393	(510)	17.883	507.159	(10.957)	496.202	514.085	296.838	
		<u>18.393</u>	<u>(510)</u>	<u>17.883</u>	<u>507.159</u>	<u>(10.957)</u>	<u>496.202</u>	<u>514.085</u>	<u>296.838</u>	

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 TLP – Taxa de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

(b) Perfil de vencimento consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	514.085	165.670
Captações	20.674	323.106
Provisão de juros (Nota 7)	18.840	15.766
Atualização monetária (Nota 7)	31.375	15.234
Adições dos custos de captações	(558)	(6.063)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	696	372
Juros pagos	(19.016)	-
Liquidações	(19.610)	-
Saldo no final do exercício	546.486	514.085

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A e pela Ventos de Santo Ângelo Energia Renováveis S.A ; Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os financiamentos obtidos pelas controladas da Companhia contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente para as controladas é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,3x, apurado a cada encerramento do exercício, a partir de 31 de dezembro de 2023.

A Administração das controladas da Companhia monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

13 Fornecedores

	2023	Consolidado 2022
Fornecedores de materiais	12.386	20.933
Fornecedores de serviços	13	245
	<u>12.399</u>	<u>21.178</u>

(i) A variação substancial em fornecedores ocorreu devido à baixa dos saldos das obrigações de CAPEX, em vista da entrada em operação dos parques eólicos no ano de 2022.

14 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia possuem processos administrativos no Município de Curral Novo do Piauí, referente a notificações de autos de infração de cobrança da taxa de licenciamento do exercício de 2022, no montante atualizado de R\$ 690.

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante atualizado dos processos é de R\$ 316 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2022).

15 Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado			
	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2023	2022
Saldo no início do exercício	185.667	(177.858)	7.809	-
Adições	-	-	-	7.624
Realização do ajuste a valor presente	-	789	789	185
Saldo no final do exercício	185.667	(177.069)	8.598	7.809
Não circulante	185.667	(177.069)	8.598	7.809
	185.667	(177.069)	8.598	7.809

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Controladora

	Controladora			
	2023	Passivo 2022	2023	Serviços 2022
Fornecedores - serviços				
Votorantim S.A.	7	2	(28)	(11)
	7	2	(28)	(11)

Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras e serviços		Consolidado Resultado Financeiro (Nota 7)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas de energia										
Votorantim Cimentos S.A.	6.070	-	-	-	97.693	-	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	4.133	375	-	-	-	-
Cesp Comercializadora	-	4.017	-	-	637	18.159	-	-	-	-
	<u>6.070</u>	<u>4.017</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.463</u>	<u>18.534</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Conta corrente (i)										
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	907	2.102	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	-	-	1.735	11.686	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.642</u>	<u>13.788</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Mútuo										
Auren Energia S.A.	-	-	-	21.419	-	-	-	-	(381)	(589)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.419</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(381)</u>	<u>(589)</u>
Fornecedores - Compras e serviços										
Votorantim S.A.	-	-	137	61	-	-	(544)	(343)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137</u>	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(544)</u>	<u>(343)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar										
	<u>6.070</u>	<u>4.017</u>	<u>2.779</u>	<u>35.268</u>	<u>102.463</u>	<u>18.534</u>	<u>(544)</u>	<u>(343)</u>	<u>(381)</u>	<u>(589)</u>

(i) Refere-se principalmente aos rateios com os consórcios.

17 Patrimônio líquido

(c) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 100.799, dividido em 2.004.739.129 ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Quantidade de ações - em unidades				Total	%
		Ordinárias Classe A	Ordinárias Classe B	Preferenciais			
Acionistas controladores							
Auren Energia S.A.	51.407	20.047.391	-	1.002.369.564	1.022.416.955	51%	
Votorantim Cimentos S.A.	49.392	-	982.322.174	-	982.322.174	49%	
	100.799	20.047.391	982.322.174	1.002.369.564	2.004.739.129	100%	

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. A Companhia apenas registra diferido passivo sobre diferenças temporárias.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.669)	(4.034)	(2.547)	(4.034)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	907	1.372	866	1.372
Equivalência patrimonial	(1.563)	(2.511)	-	-
Incentivo fiscal	24	24	24	24
Outras adições permanentes, líquidas	(9)	(3)	(9)	(3)
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(6.241)	(7.167)
IRPJ e CSLL apurados	(641)	(1.118)	(5.360)	(5.774)
Correntes	(641)	(1.118)	(5.360)	(5.774)
IRPJ e CSLL no resultado	(641)	(1.118)	(5.360)	(5.774)
Taxa efetiva %	24,02%	(27,71%)	210,44%	(143,13%)

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 9)		-	-	7.370	4.442
Ao valor justo por meio do resultado (i)					
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	17.275	18.603	53.555	52.621
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 8)	1	-	-	15.211	8.020
		<u>17.275</u>	<u>18.603</u>	<u>68.766</u>	<u>60.641</u>
		<u>17.275</u>	<u>18.603</u>	<u>76.136</u>	<u>65.083</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (Nota 12)		-	-	546.486	514.085
Arrendamentos		-	-	38	-
Fornecedores (Nota 13)		-	-	12.262	21.178
Partes relacionadas (Nota 16)		7	2	2.779	35.268
		<u>7</u>	<u>2</u>	<u>561.565</u>	<u>570.531</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	49.992	48.757	139.030	571.694	809.473
Fornecedores	12.262	-	-	-	12.262
Partes relacionadas	137	2.642	-	-	2.779
Arrendamentos	25	16	-	-	41
	62.416	51.415	139.030	571.694	824.555
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos (i)	35.764	90.423	85.727	563.086	775.000
Fornecedores	93.728	-	-	-	93.728
Partes relacionadas	61	35.207	-	-	35.268
	129.553	125.630	85.727	563.086	903.996

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Resultados do cenário I	Impactos no resultado			
						Cenário I		Cenários II & III	
						-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	68.766	BRL mil	-69 bps	(471)	(2.003)	(4.006)	2.003	4.006
IPCA 4,62%	Financiamentos (i)	557.816	BRL mil	38 bps	(2.120)	6.443	12.886	(6.443)	(12.886)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

*basis point

20 Seguros

A Controladora Auren mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites compartilhados entre as demais controladas do grupo.

<u>Modalidade</u>	<u>Principais coberturas</u>	<u>Vencimento</u>
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024
RCG	RC operações, empregador, poluição súbita, danos morais, entre outras.	até agosto/2025

O prêmio total pago para a contratação do seguro acima mencionado das controladas da Companhia é de aproximadamente R\$ 2.343 em 31 de dezembro de 2023.